



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/03/2015

INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. AÇÕES TJMA	
2.1. JORNAL A TARDE.....	2 - 3
2.2. JORNAL ITAQUI BACANGA.....	4 - 5
3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	6
4. VARA DA MULHER	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	7

Pág. 3

Campanha “Justiça pela paz em casa” é destaque em encontro de tribunais



Campanha "Justiça pela paz em casa" é destaque em encontro de tribunais



Desembargadora Cleonice Freire durante o 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, acompanhou nesta sexta-feira (13) a exposição da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmem Lúcia, que, durante o 102º Encontro do Colégio Permanente de

Presidentes de Tribunais de Justiça, fez um balanço da campanha "Justiça pela paz e casa", desenvolvida no Maranhão e nas demais unidades da federação, com o objetivo de priorizar o julgamento de processos envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica e outros

conflitos familiares.

Na ocasião, a ministra Cármen Lúcia fez um agradecimento especial aos presidentes de tribunais pela adesão ao convite dela para se mobilizarem, na tentativa de coordenar práticas e providências conjuntas para reduzir o déficit que o Ju-

diciário possui para com a sociedade brasileira.

Segundo a ministra, a campanha - cujo tema foi resultado do pensamento de que a violência começa em casa e não se interrompe "nos umbrais do portão" - mostrou que o Judiciário tem condições de oferecer a Justiça que a sociedade merece ter. "Somos capazes de prestar a melhor jurisdição. Ao longo da semana, houve um aumento, em quantidade de julgamentos e de audiências, de quase 1.000%", frisou.

De acordo com a vice-presidente do STF, campanha ganhou a rua, ganhou a praça e se transformou em fúria. "Somos responsáveis, cada um de nós, pela pacificação das relações. E nós, juízes, temos que aceitar que existe um déficit do Judiciário para com a sociedade, nesse sentido.

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira



“As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda”, garantiu Flávio Dino. O projeto é desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal.

Página 03

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

O governador Flávio Dino anunciou nesta semana a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. As unidades serão construídas em São Luís e Imperatriz e a empresa responsável pela obra já está licitada, para que em 15 dias possam ser iniciadas as obras na capital.

“As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda”, garantiu Flávio Dino.



Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

O anúncio foi feito na terça-feira (10), durante o lançamento da campanha 'Justiça pela paz

em casa', promovida pelo Judiciário, e marcou a parceria para a prestação dos serviços,

que serão oferecidos através da esfera judiciária. A solenidade realizada no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão teve a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e idealizadora da campanha.

Também estiveram presentes na solenidade a ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, e a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha 'Justiça pela paz em casa' tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Imunes à lei

Os parlamentares federais não têm uma percepção de si mesmos e acham que o crime só acontece fora do Congresso Nacional, cujos membros se comportam como se fossem imunes às leis e não legislam para crimes praticados por políticos.

A tolerância com os crimes cometidos por parlamentares tornou-se uma forte característica do Poder Legislativo Federal, que age com benevolência e corporativismo diante de atos criminosos de seus membros, sendo a tábua de salvação de dezenas de políticos que devem explicações à Justiça.

Há um enorme abismo entre o discurso e a prática. O combate ao crime não vem sendo uma prioridade parlamentar. Não deveria ser assim. Pela lógica, quem faz as leis deveria ser o primeiro a respeitá-las. Ocorre que os detentores da prerrogativa se acham imunes a qualquer regra ou norma e consideram que somente o cidadão comum deve respeitar as leis.

Eles esquecem que imunidade parlamentar não foi criada para benefício pessoal do político e sim da Instituição a qual ele representa. Não são poucos os registros de abusos dessa imunidade que, com a ausência de uma punição exemplar, deixa manchas na imagem do Poder Legislativo.

Os casos são assustadores, levando a sociedade questionar se o direito concedido aos membros do Poder Legislativo, da forma como é interpretado, representa realmente uma prerrogativa ou é apenas um privilégio, beneficiando seus detentores.

A Constituição Federal legitima o tratamento diferenciado prescrito aos membros do Poder Legislativo em face do Estado Democrático de Direito e do próprio Princípio da Igualdade.

O problema é que a imunidade parlamentar, em determinados momentos, não é utilizada corretamente. Por estar em desacordo com os interesses sociais, essa prerrogativa deixa de beneficiar o Poder Legislativo e, ao contrário, passa a denegrir sua imagem, convertendo-se na ideia de intangibilidade e impunidade de seus detentores.

É necessário que os parlamentares façam uma distinção entre privilégio e prerrogativa, pois a postura que se espera de um político é, sobretudo, de respeito, uma vez que a imunidade processual gera uma sensação de impunidade, fazendo com que o Legislativo tenha sua credibilidade abalada junto à opinião pública.

Tendo em vista que a sociedade, de uma forma geral, tem senso comum negativo dos políticos, essa falta de credibilidade ganha força, principalmente nos casos que provocam clamor público.

Se os parlamentares precisam de liberdade e independência no cumprimento da sua missão, eles devem também conhecer os dispositivos constitucionais e as razões da existência da imunidade par-

lamentar, respeitando rigorosamente as leis e recebendo a devida punição quando do mau uso das suas prerrogativas.

Essa discussão é pertinente. A própria mídia, diante dos constantes escândalos envolvendo parlamentares nos mais variados tipos penais, levanta o debate sobre o tema, que toma vulto e ultrapassa as paredes do Congresso Nacional, induzindo a sociedade à indagação sobre a existência da imunidade parlamentar.

A necessidade de independência e autonomia do Congresso Nacional é incontestável, mas a ética e o decoro – atrelados à dignidade e aos valores sociais – devem estar presentes em toda e qualquer manifestação parlamentar, para que não se desgaste ainda mais a imagem do Poder Legislativo perante a sociedade.

Os parlamentares não podem jogar por terra a ética, tão necessária em um Estado Democrático de Direito. Inviolabilidade por opiniões, palavras e votos no exercício da função é aceitável. Desrespeito à sociedade é inadmissível.

No livro "A República", de Platão, é contada a história de Gíges, um camponês que encontra um anel capaz de torná-lo invisível. Com o anel, ele cometeu vários crimes e nunca foi alcançado com uma punição. No Brasil, alguns parlamentares agem como se tivessem esse anel e querem se tornar invisíveis aos olhos da Justiça.

A imunidade parlamentar existe desde a Constituição imperialista de 1824. Em sua evolução, houve alterações até chegar à atual redação constante na Constituição Federal de 1988.

É uma medida que obriga a Justiça a pedir licença à Câmara ou ao Senado para processar membros do Legislativo Federal que, durante o mandato, não podem ser presos (salvo em casos de flagrante de crimes inafiançáveis) e só podem ser processados pelo Supremo Tribunal Federal – instância máxima da Justiça brasileira. Os deputados estaduais, por sua vez, são processados pelos Tribunais de Justiça.

Criada pioneiramente na Inglaterra, no século 17, a imunidade parlamentar é resultado da teoria da separação dos poderes. A ideia é impedir que o Executivo e o Judiciário limitem o trabalho do Legislativo.

Exclusão e miséria

A exclusão social e a miséria estão cada vez mais imperando no Brasil. Vive-se a expressão máxima do desgoverno: Falta coragem e competência para diminuir o caos. É o fundo do poço.

Crítica prudente

A atividade jornalística deve ser livre para informar a sociedade sobre fatos cotidianos de interesse público. Quando a reportagem faz crítica prudente, animus narrandi, não há responsabilidade civil por ofensa à honra, mas sim exercício regular do direito de informação.

Direito de resposta

O direito de resposta em veículo de comunicação não deve ser concedido quando enseja o mesmo direito a outra pessoa. A Justiça tem decidido reiteradamente que a retificação deve ocorrer quando a resposta corresponda realmente às necessidades de um efetivo esclarecimento.

Estado e Município se reúnem com moradores do Centro Histórico

Dando continuidade às medidas Governo do Estado em prol da melhoria do Centro Histórico nas áreas de segurança pública, infraestrutura e qualidade de vida, o secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, e o subprefeito de São Luís, Fábio Carvalho, estiveram, na terça-feira (10), na sede da Secretaria Municipal de Turismo, na Praia Grande, para mais uma reunião com moradores e comerciantes do Centro Histórico.

Para o secretário Jefferson Portela, os encontros com a comunidade têm sido de extrema importância para o desenvolvimento e sucesso dos trabalhos. Ele frisou que o diálogo com os moradores é uma marca do modelo de gestão promovido pelo governador Flávio Dino para o desenvolvimento da cultura de paz.

“Vocês moradores são nossos grandes aliados no combate à violência e a insegurança. Essas reuniões mensais são fundamentais para a integração das forças e apresentação dos resultados do que têm sido feito e principalmente para saber de vocês comunidade o que ainda precisa ser realizado”, pontuou o secretário.

Foram apresentadas as ações que já estão sendo colocadas em prática e ouvidas sugestões dos moradores, além da discussão sobre meios para a participação efetiva e mais próxima entre a comunidade e a polícia. As reuniões têm sido realizadas mensalmente e visam o ajuste entre gestores e comunidade sobre as ações em benefício do Centro Histórico.

O encontro teve início com a apresentação à comunidade de algumas ações de ordem pública que foram e estão sendo efetuadas para a melhoria da região e de acordo com as necessidades apontadas pela comunidade durante os encontros anteriores com os gestores estaduais. O subprefeito de São Luís, Fábio Carvalho, explicou que essas ações reali-

zadas em parceria com diversos órgãos vêm trazendo resultados positivos para área e para a comunidade.

“O fechamento de prédios que abrigavam usuários de drogas e tiravam a tranquilidade dos moradores e turistas da área, e ainda a ação na feira do portinho, são os primeiros passos para a revitalização e humanização do nosso Centro Histórico”, destacou o subprefeito que mostrou, ainda, imagens de antes e depois dos locais.

Foi apresentado o projeto Florescer, que busca fomentar a participação da comunidade na humanização e beleza do Centro Histórico através de flores nas sacadas das residências e ainda com cursos de capacitação e oficinas aos moradores; e o trabalho de oferta de tratamento a dependentes químicos em situação de rua realizado pelo delegado Joviano Furtado em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD), e o projeto de criação de uma Praça no Portinho.

Morador da comunidade do Desterro, o artista plástico Paulo César parabenizou o contato dos gestores com a comunidade e a atenção que vem sendo dada à região. “Bom saber que estamos tendo voz e participando de verdade das ações na nossa região”, frisou.

Estiveram presentes na reunião, o promotor Cláudio Cabral; o juiz José dos Santos Costa da 2ª Vara de Infância e Juventude; o subdefensor geral do estado, Welter de Moraes; diretor do CapsAD, Marcelo Costa; representantes do Exército, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil; o delegado geral da Polícia Civil, Augusto Barros; o superintendente de Polícia Civil da capital, Leonardo Diniz; o comandante da Companhia de Turismo Independente (CPTur Ind), Major José Roberto Moreira Filho; demais gestores da SSP, moradores, artistas e conselheiros da localidade.

“Justiça pela paz em casa” é destaque em encontro de presidentes de tribunais

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, acompanhou a esplanada da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmem Lúcia, que, durante o 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, fez um balanço da campanha “Justiça pela paz e casa”, desenvolvida no Maranhão e nas demais unidades da federação, com o objetivo de priorizar o julgamento de processos envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica e outros conflitos familiares.

Na ocasião, a ministra Cármen Lúcia fez um agradecimento especial aos presidentes de tribunais pela adesão ao convite dela para se mobilizarem, na tentativa de coordenar práticas e providências conjuntas para reduzir o déficit que o Judiciário possui para com a sociedade brasileira.

Segundo a ministra, a campanha – cujo tema foi resultado do pensamento de que a violência começa em casa e não se interrompe “nos umbrais do portão” – mostrou que o Judiciário tem condições de oferecer a Justiça que a sociedade merece ter. “Somos capazes de prestar a melhor jurisdição. Ao longo da semana, houve um aumento, em quantidade de julgamentos e de audiências, de quase 1.000%”, frisou.

De acordo com a vice-presidente do STF, campanha ganhou a rua, ganhou a praça e se transformou em fúria. “Somos responsáveis, cada um de nós, pela pacificação das relações. E nós, juízes, temos que aceitar que existe um déficit do Judiciário para com a sociedade, nesse sentido. Não somos culpados, mas somos responsáveis por resolver isso, cada um, em seus espaços”, afirmou.

Na avaliação da ministra, o Judiciário precisa passar por uma transformação, que passa pela valorização e pelo fortalecimento dos tribunais de justiça estaduais. “Se caminhararmos juntos, seremos ca-

pazes de promover transformações em todas as áreas do Poder Judiciário”, disse.

O vice-presidente da República, Michel Temer, também compareceu ao evento, destacando em sua fala o avanço que a constituição de 1988 representou, ao registrar textualmente que homens e mulheres são iguais. Ele lembrou ainda que os fundamentos da República se baseiam na dignidade da pessoa humana e destacou a função do Judiciário, em sua missão social.

“A ele incumbe pacificar as relações sociais”, ressaltou, afirmando que campanhas como a Justiça pela Paz em Casa fazem coincidir a ideia de justiça com a de direito. “A articulação entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário é fundamental para a defesa da mulher. Atos como essa campanha reforçam a ideia de que a violência contra a mulher é inadmissível”, reiterou.

O presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Milton Nobre, disse que a campanha vem firmar um novo paradigma no lar brasileiro. O magistrado ressaltou que o respeito mútuo e a igualdade de todos são fundamentais para a paz na nação brasileira.

OBJETIVO - O 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça foi aberto na última quinta-feira (12) pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, e pelo presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, desembargador Milton Augusto de Brito Nobre.

Assuntos como autonomia do Poder Judiciário dos estados e modernização administrativa, com ênfase em uma gestão de resultados, estratégias de diálogos e debates constantes, entre outros, estão na pauta do evento.